

A MULHER NA ECONOMIA POLÍTICA: A contribuição do Método Marxista para o estudo da Economia Feminista

Ana Carolina Nicácio¹

Thaís Lima Fraga²

RESUMO

Este artigo analisa as contribuições, e possíveis limitações, da teoria marxista sob a ótica da economia feminista, no que concerne à discussão das desigualdades de gênero. A pesquisa baseou-se na revisão sistemática de literatura, na tentativa de identificar a percepção de Karl Marx e Engels e de autoras que promoveram o desenvolvimento da teoria feminista marxista, como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. O ensaio aponta que o método do materialismo histórico marxista é útil para estudos no âmbito da economia feminista, mas não suficiente, por ainda apresentar conceitos neutros em relação ao gênero.

Palavras-chaves: Mulher; Marxismo; Karl Marx; Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

This paper analyzes the contributions, and possible limitations, of Marxist theory from the point of view of feminist economics regarding the discussion of gender inequalities. The research was based on the systematic review, in an attempt to identify the perception of Karl Marx and Engels and authors who promoted the development of feminist marxist theory, such as Clara Zetkin, Rosa Luxemburg and Alexandra Kollontai. The essay points out that the method of marxist historical materialism is useful for studies in the field of feminist economics, but not enough, because it still presents concepts that are gender neutral.

Keywords: Woman; Marxism; Karl Marx; Gender inequality.

JEL: B14; B54

1. INTRODUÇÃO

A economia feminista é uma corrente crítica recente, que surge na década de 1990 com a intenção de expor seu viés de gênero e propor novas formas de compreensão e análise da economia.

¹ Mestranda em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Doutoranda em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

As autoras agradecem a contribuição valiosa da docente Dr^a Simone Silva de Deos na revisão cuidadosa do trabalho.

Apesar de uma linha de pesquisa relativamente nova, os primeiros estudos sobre o tema surgem ainda no século XIX a partir da crítica à forma como as mulheres eram analisadas, no que diz respeito à sua situação socioeconômica e política.

Tanto o paradigma neoclássico convencional, quanto o marxista tratam a divisão sexual do trabalho na família e na sociedade como se estas fossem determinadas, em última instância, biologicamente. Assim, enquanto o primeiro paradigma “racionaliza” e reforça os papéis tradicionalmente ocupados pela mulher, tanto na família quanto no mercado de trabalho, o segundo é criticado por ainda apresentar noções supostamente neutras ao gênero e defender a existência de uma convergência natural dos interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora, na medida em que a luta feminina aparece circunscrita à luta de classes no sentido mais amplo (CARRASCO, 2005).

Os pensadores clássicos e os primeiros marxistas – aqui incluídos Marx e Engels – viveram um período marcado pela transformação da realidade social e por um processo de transição caracterizado pelo advento da industrialização. Dessa forma, suas análises são baseadas, sobretudo, no âmbito da produção capitalista, a qual é orientada ao mercado e tratada, geralmente, de forma separada da produção doméstica voltada ao autoconsumo e à reprodução familiar (CARRASCO, 2005).

Nesse sentido, segundo Hartmann (1979, p.7), a teoria marxista pode ser entendida como um campo de estudos que se debruça sobre os temas do desenvolvimento de uma sociedade de classes, do processo de acumulação de capital, da luta de classes e de processos contraditórios. Dessa forma, essa teoria parte da concepção de que as sociedades capitalistas são orientadas pelo processo de acumulação e que a produção é voltada para a troca e importante apenas na medida em que é capaz de contribuir para a realização do lucro. Como decorrência, *“the use value of products is only an incidental consideration”*.

Nesse contexto, a economia política surge a partir de uma tradição que não trata com a devida profundidade a questão da divisão sexual do trabalho e que não aborda, de forma satisfatória, o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista (HARTMANN, 1979).

Segundo Carrasco (2005), inicia-se, portanto, uma perspectiva de análise que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família. Nesse mesmo sentido, Biroli & Miguel (2014) apontam que a dimensão afetiva das relações íntimas é um aspecto relevante na definição da família nas sociedades contemporâneas, mas isso não reduz nem exclui sua dimensão social e política.

De acordo com Picchio (1992), o reconhecimento da importância da vida e do trabalho familiar, no que diz respeito à reprodução social³, é refletido no salário, entendido como o custo de reprodução histórica da classe trabalhadora. No entanto, os economistas clássicos não incorporaram o trabalho das mulheres em um esquema analítico capaz de representar o sistema socioeconômico global.

A respeito do debate sobre o trabalho doméstico, feministas da tradição marxista passaram a debater as questões da desigual participação dos sexos no trabalho assalariado, no trabalho doméstico e na família. A tentativa inicial era construir o debate com base nos conceitos marxistas. Contudo, as limitações epistemológicas dessa corrente de pensamento revelaram que tais conceitos são úteis, em grande parte, para o estudo da atividade dos homens, mas não das mulheres. (CARRASCO, 2005).

Nesse sentido, partindo da problemática dos conceitos presentes em Marx, o objetivo desse artigo é analisar de que forma tais conceitos podem ser estudados sob a ótica da economia feminista e de que forma esse campo de pesquisa pode contribuir para o avanço da discussão sobre as desigualdades de gênero no âmbito da economia política, evidenciando, sempre que possível, as complexas relações de gênero que envolvem a reprodução social e a reprodução do capital.

Para atingir este objetivo, será feita uma revisão sistemática da literatura marxista sobre o papel ocupado pela mulher nas esferas econômica, social e política. Adotando-se como hipótese que - dado o contexto histórico da época em que Marx e Engels desenvolveram os fundamentos de sua teoria, essencialmente marcado pela opressão feminina - as contribuições dos autores podem ter sido neutras em relação aos aspectos de gênero.

Este artigo representa uma contribuição importante para a literatura, uma vez que ainda são escassos os trabalhos com enfoque na economia feminista. Mais especificamente, o intuito é analisar como o debate em torno da teoria marxista pode contribuir com os estudos acerca das relações assimétricas de gênero e sua relação com os mecanismos de exploração capitalista.

Com isso, este trabalho encontra-se dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção apresenta a visão de Karl Marx sobre a mulher, revisitando algumas de suas obras. A terceira seção traz o desenvolvimento da teoria feminista marxista a partir da análise de autoras importantes do movimento socialista e se propõe a discutir, também, o trabalho feminino no âmbito produtivo e doméstico. A quarta seção, por sua vez, identifica algumas limitações da teoria feminista marxista e, por fim, a última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

³ Reprodução social compreendida como um processo dinâmico ligado à reprodução biológica e da força de trabalho e, além disso, à reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das próprias relações de produção.

2. PERSPECTIVA DE KARL MARX SOBRE A MULHER

Apesar do entendimento da opressão contra a mulher não ser um aspecto central na abordagem teórica de Karl Marx, é possível identificar, em algumas obras, a sua perspectiva sobre a mulher no mercado de trabalho e o caráter opressivo que o capitalismo impõe à mulher. Diante disso, esta seção se dedica a caracterizar esta visão, considerando as obras em ordem cronológica.

Os “*Manuscritos Econômicos-Filosóficos*” foi publicado pela primeira vez em 1932, mas é fruto de notas escritas por Karl Marx entre abril e agosto de 1844. Logo no primeiro capítulo, Marx (2004) cita Schulz (1932), para tratar sobre um dos efeitos gerados pela inserção das máquinas no processo produtivo, dentre eles, a expansão do emprego da força de trabalho feminina no sistema fabril, que promoveu um novo ciclo de afazeres para as mulheres. Em alguns casos, a preferência pela contratação de mulheres era proporcionalmente maior do que em relação aos homens, por ser mais barata que a mão-de-obra masculina, segundo Eugène Buret *apud* Marx (2004).

Ainda na mesma obra, Marx (2004) contrapõe as ideias de propriedade privada universal e propriedade privada, traçando um paralelo entre o casamento, que tem a mulher como uma propriedade privada exclusiva e a comunidade das mulheres, em que a mulher estaria em uma prostituição universal com a comunidade. Contudo, Marx (2004, p. 105) se opõe à proposta da comunidade das mulheres, por ser parte de um “comunismo rude”, que não considera a personalidade do indivíduo e, por isso, seria uma “infâmia da propriedade privada que quer se assentar como a coletividade positiva”.

Nesta passagem, Marx parece se opor à ideia da mulher como propriedade privada, mas também à ideia da mulher em qualquer formato social que desconsiderasse sua individualidade, o que parece representar uma posição que contraria o contexto histórico androcêntrico em que o autor estava inserido.

Na obra “*A ideologia alemã*”, escrita por Marx e Engels em 1846, mas publicada pela primeira vez em 1933, os autores partem de uma crítica aos alemães para defenderem que a determinação das representações, ideias e consciência deve basear-se na vida real. A partir daí, entendem que a divisão do trabalho representa uma das bases materiais que afetam a consciência, a força produtiva e o estado social, e se inicia no seio familiar, onde a mulher e os filhos são tratados como escravos do homem, ou seja, estão à livre disposição da força de trabalho de outrem, sendo, portanto, uma primeira forma de propriedade. Esta perspectiva escravagista da mulher e dos filhos sugere que Marx e Engels (1998) compreenderam que o capitalismo atua na coisificação da unidade familiar, tornando mulher e crianças submissas à dominação masculina.

A obra “*Sobre o suicídio*”⁴, publicada originalmente em 1846, é o principal escrito de Karl Marx a respeito da condição opressiva das mulheres na sociedade moderna. Para Löwy⁵, em texto introdutório da obra, apesar do suicídio representar um ato privado, é fruto de uma sociedade que carece de uma transformação severa em sua estrutura social e econômica. Baseado nisto, Vieira e Araújo (2016) entendem que esta obra extrapola o “determinismo econômico”, de tal modo que Marx consegue elucidar sobre temas como a moral, os costumes e o modo de vida burguês.

Dito isto, “*Sobre o Suicídio*” aborda quatro casos de suicídio, dentre eles, três eram de mulheres: o primeiro caso envolve o casamento de uma costureira com um açougueiro que não consumaram o matrimônio, por isso, a noiva retornou para casa dos pais na manhã seguinte e sendo fortemente rechaçada pelos pais e vizinhança, decidiu suicidar-se. A segunda narrativa, também aborda o casamento de dois jovens, neste caso, o homem acometido por uma doença grave foi totalmente desfigurado e sua insegurança em relação a sua mulher fez com que ele a isolasse, furtando-a o direito de convivência com outras pessoas. Como resultado, a mulher decidiu pelo suicídio. A terceira narrativa traz um tema que ainda suscita intenso debate na sociedade moderna, o aborto. Este último caso envolve uma mulher que engravidou de um homem casado e recorre a um médico para realizar o aborto do feto. Diante da recusa, a mulher decidiu se suicidar (MARX, 2006).

As três histórias estão conectadas pela força da dominação patriarcal e consequente cerceamento da liberdade da mulher, a qual vislumbra como a única forma de fugir dos ditames morais, o suicídio. Este ato é visto, então, como a última saída contra os males da vida privada, num contexto marcado por uma sociedade que promove a reificação da mulher.

Em “*O Manifesto Comunista*”, obra publicada pela primeira vez em 1848, Marx e Engels abordam o papel da mulher, destacando sua inserção no mercado de trabalho e trazendo uma visão crítica sobre o tratamento dado à mulher pela burguesia.

Nesta obra, Marx e Engels (1988) recuperam a abordagem apresentada em “*Manuscritos Econômicos-Filosóficos*”, segundo a qual, a presença da grande indústria estimulou a inserção da mulher no mercado de trabalho. Diante disso, o aparecimento da máquina fez com que diferenças de habilidades não fossem determinantes para contratação, mas sim o valor da mão de obra. Para Marx e Engels (1998, p. 46), “diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos”.

⁴ Diferentemente do restante da obra literária de Karl Marx, esta não é uma obra escrita pelo próprio autor ou em parceria com Engels, ela é basicamente composta por memórias de Jacques Peuchet (1758-1830). Marx atuou na elaboração da introdução, seleção dos excertos e comentários e como estas intervenções ocorreram de forma homogênea. Sem possibilidades de diferenciar os escritos dos dois autores, a literatura assume que a autoria de “*Sobre o Suicídio*” pode ser atribuída à Marx.

⁵ Este texto introdutório foi elaborado por Michael Löwy para a obra “*Sobre o Suicídio*”, na edição da Boitempo.

A partir disso, Marx e Engels (1848) tecem uma crítica a respeito do tratamento burguês atribuído à mulher, uma vez que a tratavam como “mero instrumento de produção”, aprisionando-a as necessidades da burguesia, um ato claro de supressão feminina. O fim do capitalismo, ao acabar com as relações de exploração capitalista, permitiria a libertação da mulher, possibilitando o desaparecimento de uma “prostituição oficial e não oficial”.

Esta cronologia de algumas obras de Marx, produzidas dos seus 26 até os 30 anos, caracteriza a visão do jovem Marx sobre a mulher e com exceção de “*Sobre o suicídio*”, nas demais, a mulher não centraliza o foco de discussão do autor. Apesar disso, e de estar imerso em um contexto histórico androcêntrico, Marx conseguiu fazer contribuições profícuas e precursoras sobre o sistema de opressão que o capitalismo impõe à mulher.

Já em sua fase “madura”, em “*O Capital*”, obra de 1867, considerada a principal obra de Marx, devido ao aprofundamento crítico sobre a estruturação e dinâmica do capitalismo, o autor destaca a importância da reprodução das condições de produção, sobretudo, da reprodução dos trabalhadores, fonte geradora de mais-valia. Petty *apud* Marx (2017, p. 246) assinala que “todo indivíduo vivo se perpetua pela procriação” e essa reposição de mão de obra seria em número igual ou superior ao valor corrente. Neste trecho, apesar de não ficar explícito, Marx entende a importância da mulher para a própria manutenção do capitalismo, devido ao seu papel reprodutivo.

O autor ainda contempla uma subseção para tratar o trabalho feminino, ratificando a relevância do trabalho da mulher para a própria compreensão da economia política. Nesta referida subseção, Marx destaca que a inserção das máquinas foi essencial para a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, por permitir o uso de pouca força muscular, abordagem similar à apresentada nos “*Manuscritos econômicos-filosóficos*” e “*Manifesto Comunista*”. Porém, o aumento no número de assalariados, sem distinção de sexo nem idade, além de usurpar das crianças o direito à recreação infantil, também comprometeria o trabalho doméstico (MARX, 2017).

A respeito desta última consequência, Marx cita os efeitos provocados pela crise de algodão durante a Guerra Civil Americana, apontando que uma das vantagens decorrentes do desemprego das mulheres operárias seria a maior disposição de:

[...] tempo livre necessário para amamentar suas crianças, em vez de envenená-las com Godfrey’s Cordial (um opiato), e dispunham de tempo para aprender a cozinhar. [...] Vê-se, pois, como o capital, visando sua autovalorização, usurpou o trabalho familiar necessário para o consumo (MARX, 2017, p. 468).

Assim, Marx tece uma crítica ao emprego integral do núcleo familiar, uma vez que mais pessoas fornecendo mais-trabalho ao capital, levaria a maquinaria à repartição do valor da força de trabalho para a família inteira, desvalorizando o valor da força de trabalho individual e, conseqüentemente, ampliando o grau de exploração do capital. Isto afetaria o estado físico das crianças, adolescentes e das próprias mulheres. Para exemplificar, o autor utilizou uma pesquisa

médica de 1861⁶, em que a principal justificativa para a quantidade elevada de óbitos infantis seria a ocupação extradomiciliar das mães, justamente por comprometer a alimentação dos filhos e incentivar o envenenamento intencional das crianças (MARX, 2017).

Desta forma, Marx apresenta uma argumentação contrária à inserção da mulher no mercado de trabalho, sobretudo porque isso ampliaria a intensidade de exploração do capital e afetaria a saúde dos filhos que, por sua vez, serão os responsáveis pela produção dos meios de subsistência futuros.

Friedrich Engels, por sua vez, publica, em 1884, a principal obra para compreensão da evolução da estrutura opressiva sobre a mulher, tornando-se um dos principais textos para a fundamentação da teoria feminista marxista, “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, a qual foi construída a partir dos escritos de Marx sobre a “*Ancient Society*”, obra do americano Lewis H. Morgan, de 1877. A importância de Marx para a construção desta obra fica evidente no prefácio à edição de 1884:

As páginas a seguir vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance (ENGELS, 1985, p.1)

Ainda no prefácio, foi demonstrado o alinhamento intelectual entre os dois autores, Engels e Marx, bem como os motivos que despertaram o interesse de Marx pelo trabalho de Morgan. Engels (1985) destaca que a produção e reprodução são fatores decisivos historicamente para a vida humana. A produção dos meios de subsistência e a reprodução da espécie estariam ligadas, respectivamente, ao desenvolvimento do trabalho e da família. Essa é a mesma concepção materialista de Lewis H. Morgan e de Marx, inclusive, uma abordagem equivalente foi apresentada por Marx (2007) em “*O Capital*”. Contudo, ambas obras, “*O Capital*” e a “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, apesar do caráter complementar, oferecem contribuições distintas para a compreensão da sociedade moderna.

Engels (1985) afirma que, historicamente, foram desenvolvidas quatro formas de família: a consanguínea, panaluaana, sindiásmica e a monogâmica. A família consanguínea e a família panaluaana são tipos de casamento por grupos. Especificamente, no caso da família consanguínea, era permitida a relação carnal mútua para todos que possuíssem o mesmo grau de parentesco, por exemplo, irmãos e irmãs, mas excluídos pais e filhos. Já na família panaluaana tornou-se proibida a relação entre irmãos e irmãs por linhagem materna, levando a constituição de círculos fechados de parentes consanguíneos por linhagem feminina.

⁶ *Reports by Dr. Henry Julian Hunter on the Excessive Mortality of Infants in some Rural Disctructs of England.*

À medida que as classes de “irmãos” e “irmãs”, entre os quais o casamento era proibido, foi crescendo e também se proibiu o casamento entre parentes consanguíneos. A união por pares tornou-se mais comum, assim, nasceu a família sindiásmica. Neste formato, não era aceito que as mulheres se relacionassem livremente, sendo o adultério tratado de forma rigorosa, porém, o homem podia manter a poligamia ou a infidelidade. Entretanto, em casos de dissolução matrimonial, os filhos pertenciam à mãe, assim como aconteceria no casamento por grupos, devido ao chamado direito materno, em que a descendência só se contava por linhagem feminina (ENGELS, 1985).

A respeito da divisão do trabalho, o homem era detentor dos instrumentos de produção e responsável pelo provimento da alimentação da família, enquanto a mulher era responsável pelas atividades domésticas e detentora dos utensílios domiciliares. Contudo, devido ao direito materno, os filhos não tinham direito à herança paterna, estas seriam transmitidas aos consanguíneos por linhagem materna, primeiro aos irmãos e irmãs e depois aos filhos destes, por exemplo. Porém, à medida que a riqueza do homem foi aumentando, intensificou-se também o interesse em mudar o direito à herança em benefício dos seus filhos, por isso, o direito hereditário materno foi substituído pelo paterno e representou “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 1985, p.61).

Este fato representou uma ruptura no papel social da mulher, pois, desde então, a mulher perdeu a direção da casa e passou a ser tratada como simples instrumento de reprodução. Este processo marca o início do patriarcalismo, em que a família se torna plenamente submetida ao poder paterno e assinala, também, a passagem para o último estágio da família, a monogamia (ENGELS, 1985).

Nesta estrutura, o desejo de assegurar a paternidade legítima dos filhos para a transferência da herança impõe uma lógica desigual entre os gêneros, em que a infidelidade masculina é socialmente aceita, porém, a mulher deve guardar a castidade e a fidelidade conjugal, ou seja, a monogamia estrita é válida somente para mulher. A respeito desta nova constituição familiar, Engels (1985, p. 70-71, grifo nosso) afirma:

Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no **triunfo da propriedade privada** sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente [...].

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de **escravização de um sexo pelo outro**, como proclamação de um **conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história**. [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do **antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino**. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros.

Conforme buscou-se apresentar nesta breve exposição dos escritos de Karl Marx e Engels a respeito da mulher, os autores abordaram o sistema opressivo imposto à mulher, demonstrando aguçada percepção de assuntos não convencionais para o contexto histórico em que estavam inseridos. Engels, especialmente, forneceu uma abordagem histórica sobre a constituição da ordem patriarcal na sociedade moderna, representando uma contribuição precursora para a compreensão da dominação da mulher no sistema capitalista e servindo de base para o desenvolvimento teórico futuro da economia feminista marxista.

3. TEORIA FEMINISTA MARXISTA E O TRABALHO FEMININO: Contribuições de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai

Os pressupostos estruturantes da obra de Marx também foram utilizados para o desenvolvimento da teoria feminista por fornecer um arcabouço rico para o entendimento da situação da mulher no mercado de trabalho. Com isto, apoiando-se na perspectiva histórica, materialista e dialética, autoras como Clara Zetkin (1857-1933), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Alexandra Kollontai (1872-1952) oferecem contribuições valiosas para a reflexão sobre a condição da mulher na sociedade, a divisão sexual do trabalho e a exploração sexual (BONFIM, 2013).

As relações de gênero estão na base da reprodução social e do trabalho nas mais diferentes formas de produção e organização da vida coletiva. Assim, as distintas interpretações dessas relações contribuíram para a existência das atuais formações econômicas e políticas. Logo, as relações e os conceitos econômicos não podem ser entendidos como arranjos sexualmente neutros. Nesse sentido, no que diz respeito ao estudo sobre as condições econômicas, políticas e sociais das mulheres, há destaque para o movimento socialista, o qual entende que a sexualidade humana, da mesma forma que outras instâncias da vida, é uma construção histórica e social.

Clara Zetnik, em *“Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious”* (1896), aborda a questão da dependência econômica da mulher em relação ao homem. A respeito disso, o contraste entre os papéis desempenhados no âmbito familiar - que pode ser percebido na medida em que o marido atua como “proprietário” e a esposa como “não proprietária” - se torna a base para a ocorrência da dependência econômica das mulheres. A autora aponta que essa ideia foi abordada também por Engels em *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*, quando o autor afirma que na esfera familiar, o marido constitui a burguesia e a mulher o proletariado.

Para Clara Zetkin, no entanto, a “questão das mulheres”, no sentido moderno do termo, não existia anteriormente; foi apenas a partir do surgimento do modo de produção capitalista que a transformação social trouxe à tona essa questão, por meio da destruição do antigo sistema econômico familiar, que proporcionava tanto os meios de subsistência, como o sentido da vida para a grande massa de mulheres durante o período pré-capitalista.

De modo a enfatizar a maneira segundo a qual o advento desse moderno modo de produção se desenvolve de forma que torna a “questão das mulheres” ainda mais aguda, Zetkin (1984) destaca o crescimento da participação do trabalho feminino nas atividades produtivas. Para isso, a autora apresenta alguns dados estatísticos para comprovar essa ideia:

According to the Census of 1895, the number of employed women in agriculture, in the broadest meaning of this term, has increased since 1882 by more than 8%, in the narrow sense by 6%, while at the same time the number of men employed in agriculture has decreased by 3%, i.e., to 11%. In the area of industry and mining, the number of employed women workers has increased by 35%, that of men by only 28%. In the retail trade, the number of women employed has increased by more than 94%, that of men by only 38%. These dry numbers stress much more the urgency of solving the women's question than any highfalutin declamations. (ZETKIN, 1984, p.73)

Zetkin, em *Social-Democracy & Woman Suffrage* (1906)⁷ destaca que a emancipação humana integral de todas as mulheres depende, também, da emancipação social do trabalho. Ou seja, a primeira apenas pode ser alcançada através da luta de classes realizada pela maioria explorada.

Clara Zetkin também se destaca como uma das principais militantes da esquerda revolucionária e na luta pela igualdade e pelo direito feminino ao voto. Em *Organising Working Women* (1922), Zetkin chama a atenção para os efeitos negativos da falta de órgãos especiais para as mulheres nos partidos comunistas e organizações de esquerda. Segundo a autora, a ausência de tais organizações contribuiria para a queda da participação das mulheres na política e na “retirada” do proletariado feminino da luta de sua classe. Dessa forma, o processo de emancipação feminino e o “abandono da desesperança resignada” por parte das mulheres levaria ao fortalecimento da consciência e da ação socialista revolucionária.

Clara Zetnik foi amiga e companheira na luta socialista de Rosa Luxemburgo, conhecida como a “Rosa Vermelha”, devido à sua posição de destaque no movimento comunista internacional. Aos 27 anos iniciou a militância no Partido Socialdemocrata Alemão (PSDA) e ocupou o centro da luta de classes na Alemanha, defendendo pautas relacionadas à construção de uma sociedade justa, pacífica e igualitária (LOUREIRO, 2005).

⁷ Documento lido por Clara Zetkin na Conferência das Mulheres do Partido Social-democrático, realizado em Mannheim, antes da abertura do Congresso Anual de 1906.

Em *Women's suffrage and class struggle*⁸, ao tratar da defesa do sufrágio feminino, Luxemburgo destaca que a reivindicação por igualdade de direitos políticos por parte das mulheres proletárias no início do século XX estava fortemente baseada em um sólido fundamento econômico, a saber, o crescimento da participação das mulheres nas chamadas atividades produtivas.

Segundo a autora, nesse período, as mulheres passaram, cada vez mais, a criar lucros capitalistas e, portanto, a serem “produtivas” no sentido estrito da palavra. Logo, cada novo progresso na indústria criaria condições para a incorporação crescente das mulheres no processo de exploração capitalista. Esse aumento da participação feminina nas atividades de produção industrial, por sua vez, contribuiria para o fortalecimento da luta a favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres:

Today, millions of proletarian women create capitalist profit like men-in factories, workshops, on farms, in home industry, offices, stores. They are therefore productive in the strictest scientific sense of our present society. Every day enlarges the hosts of women exploited by capitalism. Every new progress in industry or technology creates new places for women in the machinery of capitalist profiteering. And thus, every day and every step of industrial progress adds a new stone to the firm foundation of women's equal political rights. (LUXEMBURGO, 1971, p. 221)

Luxemburgo destacava que no sistema capitalista, portanto, apenas esse tipo de trabalho é considerado produtivo, ou seja, aquele que produz mais-valia e que proporciona o lucro capitalista. Dessa forma, todo o trabalho das mulheres e mães proletárias realizado no ambiente doméstico é considerado improdutivo. Para a autora, isso corresponde à brutalidade e insanidade do sistema econômico capitalista e reconhecer essa realidade brutal é a primeira tarefa da mulher proletária em seu processo de emancipação.

Dessa forma, a trabalhadora proletária ocupa um papel de destaque na abordagem de Rosa Luxemburgo. No período em que escreve, a autora entende que essa seria a vez das proletárias tornarem o Estado capitalista consciente de sua maturidade⁹. Esse processo não seria realizado, contudo, apenas pelas mulheres, ele deveria ser, pelo contrário, uma preocupação comum de toda a classe proletária. Assim, a luta feminina por igualdade seria realizada através de um “constante e poderoso” movimento de massas, que deveria usar todos os meios proletários de luta e pressão.

Como consequência, a luta pelo sufrágio feminino seria, nas palavras de Luxemburgo, um “horror” e uma “abominação” para o atual regime capitalista, uma vez que essa luta fortaleceria, também, o seu inimigo interno: a socialdemocracia revolucionária. Dessa forma, existe, em sua teoria, uma relação direta entre o fortalecimento da luta feminina pela igualdade de direitos e o fortalecimento do movimento socialista.

⁸ Documento publicado no *Selected Political Writings* (1971) baseado em discurso realizado por Rosa Luxemburgo em 12 de maio de 1912, no “*Second Social Democratic Women's Rally*”, em Stuttgart, Alemanha.

⁹ “Today it is the proletarian woman's turn to make the capitalist state conscious of her maturity” (LUXEMBURGO, 1971, p. 218)

A respeito disso, a autora aponta que os sindicatos e as organizações socialdemocratas foram as que mais contribuíram para o surgimento da consciência política nas mulheres proletárias, na medida em que trouxeram o “renascimento mental da massa de mulheres proletárias”. Assim, a luta feminina pela emancipação fortaleceria a luta de classes no sentido mais amplo e, em última instância, o socialismo:

The current mass struggle for women’s political rights is only an expression and a part of the proletariat’s general struggle for liberation. In this lies its strength and its future. Because of the female proletariat, general, equal, direct suffrage for women would immensely advance and intensify the proletarian class struggle. This is why bourgeois society abhors and fears women’s suffrage. (LUXEMBURGO, 1971, p. 222)

Além de Zetnik e Luxemburgo, Alexandra Kollontai também se tornou uma figura feminina importante na esfera política. Dedicada ao estudo do marxismo, em fase de pleno florescimento na Rússia, em 1893-96, ingressou no movimento operário e se filiou ao partido socialdemocrata russo, em 1899, atuando como escritora e oradora do partido. Kollontai tornou-se uma militante revolucionária e conseguiu organizar, dentro do movimento operário, um programa que atendesse as demandas da mulher, produzindo obras como: “*A sociedade da maternidade*”, “*A nova mulher e a moral sexual*”, “*Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*” e tantas outras que contribuem para reflexão sobre a emancipação da mulher¹⁰.

De acordo com texto publicado por Alexandra Kollontai em 1907, chamado “*Os fundamentos sociais da questão feminina*”, os defensores do materialismo histórico não isolam a questão específica das mulheres das questões gerais da sociedade e, com isso, a análise da mulher, a partir de uma fundamentação marxista, deve perpassar o confronto de elementos constitutivos da sociedade. Neste sentido, a luta pela emancipação da mulher envolve um conjunto de aspectos, segundo Kollontai (1982, p.13)¹¹ :

Para tornar-se realmente livre, a mulher tem que se desembaraçar das cadeias que faz pesar sobre ela a forma atual, ultrapassada e constrangedora, da família. Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista da igualdade política e o estabelecimento de sua plena independência econômica.

A respeito da família, Kollontai (1982) se baseia em Friedrich Engels (1884)¹² para desenvolver sua abordagem sobre o aprisionamento da mulher. A autora acredita que a mulher é oprimida pela imposição da submissão familiar e “opinião pública”, sustentadas pela burguesia para preservar a “sagrada instituição da propriedade” e viabilizar a continuidade do capitalismo. Assim, a propriedade e a família são tratadas como pilares indissociáveis de sustentação do mundo burguês,

¹⁰ Mais detalhes em: KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mujer emancipada*. Trad. Elena Herrero e Juan del Solar. 3. Ed. Editorial Fontamara: Barcelona, 1978.

¹¹ Obra *Marxismo e Revolução Sexual*.

¹² *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

por isso, a burguesia sempre defendeu, de forma empenhada, o casamento monogâmico, como uma instituição social permanente e intangível.

A partir disso, Kollontai (1982) critica a controversa burguesia, pois, ao mesmo tempo que defende o casamento e a maternidade, exaltando o “papel sagrado da mãe”, gera e reforça a insegurança material da família proletária, obrigando a mulher a inserir-se no mercado de trabalho, comprometendo substancialmente a vida das crianças:

Os defensores burgueses [...] sabem perfeitamente que, ainda no ventre da mãe, as crianças são deformadas ou estropiadas pelas emanções e os gases nocivos, que milhões de crianças morrem por terem absorvido substâncias tóxicas com o leite materno, que, nos barracos de madeira, nos períodos de acúmulo de serviço, centenas de crianças abandonadas a própria sorte morrem carbonizadas, que existem mães que envenenam lentamente seus filhos com ópio, para que seu choro não as impeça de terminar uma encomenda urgente. (KOLLONTAI, 1982, p. 26)

Sendo assim, as condições de produção expulsaram a mulher de casa, afastando-a das atividades domésticas e maternais, entretanto, isto não aconteceu homoganeamente entre as mulheres, sendo, sobretudo, uma característica específica das mulheres mais pobres. Por isso, Moraes (2000) destaca que o alvo das feministas marxistas era, especificamente, as mulheres operárias das classes pobres.

Para Kollontai (1982), o principal meio para promover a emancipação destas mulheres seria o rompimento da relação de dupla dependência, em relação ao marido e ao capital, através da autonomia econômica e superação do capitalismo. Neste sentido, em discurso dedicado às trabalhadoras, em 1918, a pensadora destaca que a igualdade entre homens e mulheres é aspecto fundamental para condução da sociedade ao comunismo. Nesta nova organização, a família deixaria de ser uma estrutura necessária, como é no capitalismo. Os filhos não seriam uma preocupação privada, e sim uma obrigação assumida pela coletividade e a igualdade entre os sexos impediria a exploração sexual da mulher e a discriminação no mercado de trabalho.

Sintetizando, conforme dizia Kollontai (2007, p.37): “meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora que a libertação feminina somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente”.

Conforme apontado por Mitchell (1967), o problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua emancipação foi reconhecido por muitos pensadores socialistas ao longo do século XIX. Dessa forma, essa questão já faz parte da herança clássica do movimento revolucionário. Nesse sentido, segundo a autora, alguns autores, como Fourier¹³, destacavam que o grau de emancipação das mulheres seria a medida aproximada do grau de emancipação geral, uma

¹³ François Fourier foi um socialista francês da primeira parte do século XIX. O autor criticava, em seus estudos, o liberalismo e a ideia da família baseada no matrimônio e na monogamia. Segundo Saffioti (2011), Fourier denuncia não apenas a submissão das mulheres, mas, também, a alienação do homem.

vez que a mudança, em um dado momento histórico, pode ser determinada pelo progresso das mulheres.

Esse grau de emancipação feminino no âmbito da teoria feminista marxista estaria relacionado, portanto, à maior inserção das mulheres nas “atividades produtivas”. De fato, a questão do trabalho feminino é um dos temas mais tratados pela economia feminista. Segundo Bruschini (1994), esse tema foi, inclusive, a “porta de entrada” dos estudos sobre a mulher na academia brasileira e isso ocorreu, possivelmente, porque além do trabalho já ser uma temática relevante para a sociologia, ele era visto como um potencial transformador da situação de subordinação vivenciada pelas mulheres.

Assim, o sexo do trabalhador influenciaria a definição da própria qualidade da relação entre trabalho e capital e as mulheres constituiriam uma parcela *sui generis* da força de trabalho vivendo a dupla sujeição: ao homem e ao capital. Dessa forma, teorias que excluem a análise do trabalho doméstico, ao tratarem da temática do trabalho feminino, de alguma maneira deformam a realidade cotidiana do sexo feminino (BRUSCHINI, 1994).

Além disso, conforme indicado por Blay (1975), o trabalho feminino deve ser compreendido a partir de uma perspectiva estrutural, isto é, a forma de absorção das mulheres pelo mercado de trabalho está sujeita à etapa em que se encontra o processo de industrialização. Assim, as mulheres constituem uma espécie de enorme “exército industrial de reserva” que estaria, portanto, vulnerável às mudanças na dinâmica econômica. Como consequência, a mulher é conduzida ou impedida de trabalhar dependendo de quais sejam as necessidades do mercado. Em suma, o modo de produção e a divisão do trabalho que se estabelecem entre os sexos é que vai influir sobre as posições sociais ocupadas pelo homem e pela mulher.

Conforme exposto, de uma forma geral, as mulheres que lideraram os movimentos socialistas – aqui destacadas Zetkin, Luxemburgo e Kollontai - estavam plenamente conscientes de que o destino social de seu sexo é indissociável e conectado com a evolução geral da sociedade e a força motriz mais proeminente, nesse processo, é a evolução do trabalho e da vida econômica.

4. CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DA TEORIA MARXISTA PARA A QUESTÃO DA MULHER

Segundo Haraway (2004), é possível analisar o mercado e a estratificação social a partir das relações desiguais entre os gêneros e de suas condições e possibilidades num contexto histórico específico. Assim, as relações entre homens e mulheres, no capitalismo, são mediadas pelo acesso diferente, dos gêneros, às condições necessárias para suas reproduções física e social. Nesse sentido, para a autora, a grande contribuição de Marx para a teoria e a política feminista reside em

sua metodologia, que permite entender as formas de produção e reprodução econômicas e sociais como fenômenos históricos específicos.

Da mesma forma, Gimenez (2005) defende que o método de Marx possui relevância para o entendimento de como o capitalismo oprime as mulheres, por dois motivos distintos: i) o método marxista permite identificar as condições estruturais do sistema capitalista e os processos no nível macro que estão na base da desigualdade de gênero nas sociedades em que esse sistema vigora; ii) e, este permite, também, a identificação dos limites das mudanças políticas e legais para acabar com a desigualdade de gênero. Assim, apesar de Marx não ter se dedicado na devida medida ao tema da opressão da mulher, seus trabalhos apresentam *insights* importantes para a luta por emancipação feminina.

Nesse sentido, Hartmann (1979) aponta que ambos, o método histórico marxista e a análise feminista, são necessários para o entendimento das sociedades capitalistas e, mais ainda, da posição que a mulher ocupa dentro delas. Contudo, segundo a autora, as tentativas de integrar o marxismo e o feminismo são ainda insatisfatórias, uma vez que estas classificam a luta feminista no interior da grande luta contra o capital (luta de classes, no sentido mais amplo). Assim, ainda é necessário analisar, de forma mais profunda, a combinação entre o patriarcado e o capitalismo.

Segundo Hartmann (1979), os primeiros marxistas entendiam que a participação das mulheres na força de trabalho seria o fator chave para sua emancipação e, embora cientes da situação deplorável das mulheres em seu tempo, estes autores ainda não foram capazes de focar seus estudos nas perguntas feministas de como e por que as mulheres eram oprimidas como mulheres. Assim, eles ainda não reconheceram o interesse que os homens tinham na contínua subordinação das mulheres e, dessa forma, não foram capazes de explicar porque as relações patriarcais, ao contrário do que pensavam, não foram superadas pelo progresso do capitalismo, mas prosperaram ao lado dele.

Assim, do ponto de vista de Hartmann (1979), o problema da desigualdade de gênero no âmbito da família, do mercado de trabalho, da economia e da sociedade de forma geral não repousa apenas na divisão de trabalho desigual entre homens e mulheres. Na verdade, existe uma divisão ainda mais profunda que coloca o homem numa posição superior, e a mulher, numa subordinada. Por isso, é necessário analisar a combinação entre patriarcado e capitalismo, partindo da observação de que “Women, working to serve men and their families, also serve capital as consumers” (p. 17). Na ausência desse esforço, as categorias analíticas marxistas – como classe, exército industrial de reserva, trabalho assalariado – permanecerão “cegas”¹⁴ no que diz respeito às relações de gêneros, na medida em que não serão capazes de explicar porque as mulheres estão subordinadas aos homens dentro e fora de casa, e não o contrário:

¹⁴ No original, “sex-blind”.

We will argue here that while marxist analysis provides essential insight into the laws of historical development, and those of capital in particular, the categories of marxism are sex-blind. Only a specifically feminist analysis reveals the systemic character of relations between men and women. (HARTMANN, 1979, p. 1)

Nesse mesmo sentido e levando em consideração as condições específicas da análise feminista, Federici (2017) analisa a gênese do capitalismo sob o ponto de vista da mulher considerando, como ponto de partida, a crítica ao conceito de acumulação primitiva, apresentado por Karl Marx em “O Capital”. Nesta obra, o autor pressupõe que a acumulação “primitiva” antecede o movimento de acumulação capitalista e ocorreu a partir da expulsão da população rural, fenômeno que atuou em dois sentidos: tanto no sentido da liberação de mão-de-obra, quanto no sentido da criação de um mercado interno nas cidades. Este processo foi definido por Marx (2017) como uma expropriação violenta dos meios de subsistência dos trabalhadores, segundo o qual ocorreu a substituição da propriedade coletiva pela propriedade privada.

A importância da acumulação primitiva, portanto, reside no fato de Marx tratá-la como um processo fundacional, o qual revela as condições estruturais que tornaram possível o surgimento do capitalismo. Contudo, enquanto Marx (2017) analisa esse processo apenas sob o ponto de vista do proletariado assalariado, Federici (2017) destaca que a expropriação dos meios de subsistência não foi o único meio para a constituição de uma classe proletária. Dessa forma, em sua análise, Marx desconsidera elementos importantes, tais como:

[...] às **profundas transformações** que o capitalismo introduziu na força de trabalho e na **posição social das mulheres**. [...] tampouco aparece alguma referência à “**grande caça às bruxas**” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais (FEDERICI, 2017, p. 118, grifo nosso).

Assim, Federici (2017) oferece uma releitura da constituição do sistema capitalista, a partir da perspectiva da mulher, por entendê-la como fonte de criação de valor e de exploração. Nesse sentido, qualquer medida para disciplinar ou apropriar-se do corpo feminino pode intensificar as relações de poder entre homens e mulheres:

[...] o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 34)

A partir disso, a autora redefine o conceito de acumulação primitiva, o qual deve ir além da concentração de trabalhadores e capital: precisa ser visto como um processo de “acumulação de diferenças e divisões dentro de uma classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, [...] se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (FEDERICI, 2017, p.119).

Além de incluir a análise do ponto de vista das mudanças trazidas por tais transformações no que diz respeito à posição social das mulheres na produção da força de trabalho, Federici (2017)

também se afasta de Marx na medida em que, para ela, cada fase capitalista vem acompanhada de um retorno aos meios mais violentos da acumulação primitiva, diferentemente da concepção de que a violência havia dominado as primeiras fases da expansão capitalista, mas que retrocederia com o desenvolvimento e maturação das relações capitalistas, na qual, segundo a autora, Marx acreditava:

Devo acrescentar que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. (FEDERICI, 2017, p. 27)

Essa subordinação da mulher nas esferas social e econômica esteve fortemente relacionada, segundo Federici (2017), a um momento decisivo que foi responsável pela destruição das relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base para a resistência e luta das mulheres durante o período pré-capitalista: a caça às bruxas. Através desse processo foi possível a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornou as mulheres subordinadas à força de trabalho masculino e foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, surge uma nova divisão sexual do trabalho que diferenciou não apenas as funções das mulheres e homens no novo sistema, mas, também, suas relações com o capital e, portanto, suas relações de poder. Nesse sentido:

[...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. (FEDERICI, 2017, p.232)

Logo, a análise da constituição do sistema capitalista e de suas relações desiguais e contraditórias – tema tão caro à economia política – deve levar em consideração as desigualdades de gênero que estão na base da reprodução social e da reprodução do capital. Nesse sentido, apesar de Marx, e demais autores marxistas, apresentarem contribuições importantes para a economia feminista, estas não são suficientes, uma vez que a questão da mulher ainda não é tratada, nessas obras, como um objeto de estudo específico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar as contribuições da economia política marxista, bem como apontar algumas de suas limitações, no que concerne ao tratamento da questão da mulher e da desigualdade de gênero. Para isso, buscou-se realizar uma revisão de literatura dos chamados primeiros marxistas, – aqui incluídos Marx e Engels – de autoras do movimento socialista, de estudos sobre a questão dos trabalhos produtivo e doméstico e, finalmente, de análises que procuram ir além do arcabouço marxista para a compreensão do papel desempenhado pelas mulheres na constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista.

Conforme buscou-se apresentar, os trabalhos de Marx e Engels revelam percepção do caráter opressivo imposto à mulher no âmbito da sociedade capitalista e patriarcal, sobretudo se levado em consideração o contexto histórico no qual estavam inseridos. Da mesma forma, as autoras socialistas, como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, avançam na discussão do processo de emancipação feminina e pela luta de igualdade de direitos. Nesse arcabouço teórico, a luta feminina pela igualdade de direitos está relacionada ao próprio fortalecimento do movimento socialista ao passo em que a emancipação feminina fortaleceria a luta de classes e, em última instância, o socialismo.

Dessa forma, é possível observar que o método histórico marxista permite entender as formas de produção e reprodução econômicas e sociais como fenômenos históricos específicos. Além disso, é possível afirmar que, apesar de Marx não ter se dedicado especificamente sobre o tema da mulher, o método do materialismo histórico é pertinente para o campo de pesquisa que viria a ser chamado de economia feminista. Dessa forma, é possível refutar parcialmente a hipótese, pois, embora Marx e Engels não sejam totalmente neutros quanto às considerações sobre a mulher, não consideraram aspectos importantes da estrutura opressiva à qual as mulheres são submetidas no espaço social e econômico.

Por conseguinte, os esforços de integrar o marxismo e o feminismo são ainda insuficientes, uma vez que a luta feminista aparece circunscrita no interior da grande luta contra o capital, ou seja, da luta de classes, no sentido mais amplo, e não como um objeto de estudo próprio. Assim, para algumas autoras, como Hartmann (1979), as categorias analíticas marxistas – como classe, exército industrial de reserva, trabalho assalariado – ainda permanecem “cegas” no que diz respeito às relações de gêneros, na medida em que não são capazes de explicar porque as mulheres estão subordinadas aos homens dentro e fora de casa, sendo necessária, portanto, uma análise mais profunda da combinação entre o patriarcado e o capitalismo.

Dessa mesma forma, Federici (2017), ao analisar o processo de gênese do capitalismo sob o ponto de vista da mulher, apresenta os limites do conceito de acumulação primitiva de Marx, o qual não é capaz de explicar de que forma as profundas transformações trazidas no bojo do capitalismo influenciaram a posição social das mulheres e sua relação com o capital.

Portanto, conclui-se que o arcabouço teórico e método marxista podem ser uma fonte rica para estudos no âmbito da economia feminista, porém não suficiente. É necessário avançar no sentido da compreensão de que os conceitos econômicos, assim como o processo de formação da sociedade capitalista, devem ser abordados considerando as relações e as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, F., & MIGUEL, L. F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.
- BLAY, Eva. (1975). Trabalho industrial x trabalho doméstico a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de pesquisa*, n. 15, p. 8-20.
- BONFIM, C. (2003). A condição histórico-social da mulher na perspectiva socialista: um estudo das trajetórias de Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. *Revista Filosofia e Educação*, Campinas (SP), v. 5, n. 2.
- BRUSCHINI, Cristina. (1994). Trabalho Feminino: Trajetória de um Terna, Perspectivas para o Futuro. *Estudos feministas*, p. 17-32.
- CARRASCO, C. (2005). Introdução: Para uma economia feminista. *SOS-Sempreviva Organização Feminista*.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. Coautoria de Lewis Henry Morgan. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1985. 215 p
- FEDERICI, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante Editora.
- GIMENEZ, Martha E. (2005). Capitalism and the oppression of women: Marx revisited. *Science & Society*, v. 69, n. 1: Special issue, p. 11-32.
- HARAWAY, Donna. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246.
- HARTMANN, Heidi I. (1979). The unhappy marriage of Marxism and feminism: Towards a more progressive union. *Capital & Class*, v. 3, n. 2, p. 1-33.
- KOLLONTAI, A. (1982). *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo, SP: Global, 117 p.
- KOLLONTAI, Alexandra. (2007). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann.
- LOUREIRO, Isabel. (2005). *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 96 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1971). Women’s suffrage and class struggle. *Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*, p. 216-22.
- MARX, K. (1988). *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural. (Coleção os Economistas).
- _____. (2017). *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (2004). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. (2006). *Sobre o suicídio*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, SP: Cortez.

_____. (1998). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

MITCHELL, J. (1967). Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, 3(14), 5-41.

MORAES, M.L. (2000). Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, Campinas-SP, v. 11, p. 89-97

PICCHIO, A. (1992). Social reproduction: the political economy of the labour market. *Cambridge University Press*.

SAFFIOTI, Heleieth. (2011). A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas sociais*, n. 27, p. 82-100.

VIEIRA, F.; ARAUJO, T. (2016). *Resenha de Karl Marx: Sobre o Suicídio*. Entropia, Rio de Janeiro, Vol. 1, N°1.

ZETKIN, Clara. (1922). Organising Working Women. *International Socialism*, n. 96, p. 1977.

ZETKIN, Clara. (1984). 'Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious', Speech at the Party Congress of the Social Democratic Party of Germany, Gotha, 16 October 1896. Zetkin, C. *Selected Writings*, ed. Foner, PS New York: International Publishers.